



A Política de Assistência Estudantil no Brasil: uma avaliação na Universidade Federal do Pará na perspectiva dos universitários

Autoria

GERALDINE FIFAME DONA FADAIRO - fadairogeraldine@outlook.com
Pec-G/Universidade federal do pará

Carlos André Corrêa de Mattos - carlosacmattos@hotmail.com
outro/outro

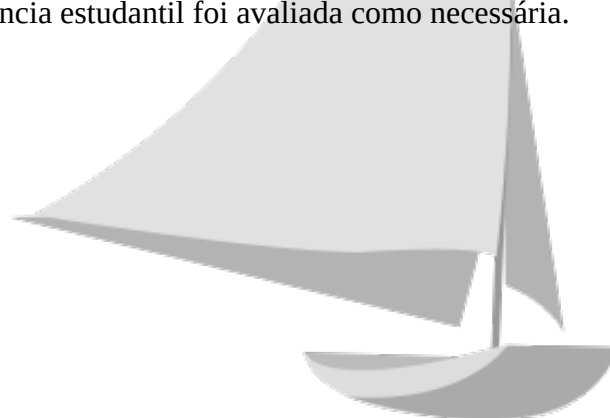
Ana Margarida Santiago - anamargos@yahoo.com.br
outro/UNAMA - Universidade da Amazônia

Caroline Melo Nunes - carolinemelonunes@gmail.com
Mestr e Dout em Admin - PPAD/UNAMA - Universidade da Amazônia

Glenda Maria Braga Abud - glenda.abud@gmail.com
Mestr. e Dout. em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano/UNAMA - Universidade da Amazônia

Resumo

Este artigo apresenta um estudo desenvolvido na Universidade Federal do Pará com o objetivo de avaliar a política de assistência estudantil. Foram utilizados métodos exploratórios e descritivos com amostragem não probabilística por tipicidade e procedimentos estatísticos nas análises realizadas, os dados foram obtidos pela aplicação de questionário a 74 discentes de 20 cursos diferentes. A análise fatorial exploratória revelou a presença de três fatores que explicaram 67,81% da variância dos dados em três fatores denominados como: qualidade no atendimento (28,36%); acompanhamento institucional (20,48%) e relevância da assistência estudantil (18,97%). Os escores dos fatores mostraram que os entrevistados estão satisfeitos com a política e sua operacionalização pela instituição. A análise de agrupamentos revelou a presença de três grupos com 34 (45,9%), 21 (28,4%) e 19 (25,7%) estudantes cada. Os grupos variaram quanto a satisfação com a assistência estudantil na instituição. A política de assistência estudantil foi avaliada como necessária.





A Política de Assistência Estudantil no Brasil: uma avaliação na Universidade Federal do Pará na perspectiva dos universitários

Resumo:

Este artigo apresenta um estudo desenvolvido na Universidade Federal do Pará com o objetivo de avaliar a política de assistência estudantil. Foram utilizados métodos exploratórios e descritivos com amostragem não probabilística por tipicidade e procedimentos estatísticos nas análises realizadas, os dados foram obtidos pela aplicação de questionário a 74 discentes de 20 cursos diferentes. A análise fatorial exploratória revelou a presença de três fatores que explicaram 67,81% da variância dos dados em três fatores denominados como: qualidade no atendimento (28,36%); acompanhamento institucional (20,48%) e relevância da assistência estudantil (18,97%). Os escores dos fatores mostraram que os entrevistados estão satisfeitos com a política e sua operacionalização pela instituição. A análise de agrupamentos revelou a presença de três grupos com 34 (45,9%), 21 (28,4%) e 19 (25,7%) estudantes cada. Os grupos variaram quanto a satisfação com a assistência estudantil na instituição. A política de assistência estudantil foi avaliada como necessária.

Palavras-chave: universidade, assistência estudantil, análise multivariada, política pública.

1 Introdução

As últimas décadas mostraram a importância do ramo de conhecimento chamado políticas públicas, assim como órgãos, normas e formas que baseiam sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Conforme Souza (2003) diversos fatores ajudaram na maior visibilidade desta área, baseado nessas políticas, o desenho e a adoção de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais ganharam espaço. Seguindo igual linha de pensamento, Lima (2012) afirma que as políticas em si mesmas são conquistas de uma construção coletiva que modifica a vida na sociedade a qual pertencem. Inserido nessa perspectiva, este trabalho tem foco em debater resultados de pesquisa sobre as temáticas de aplicação das políticas públicas de assistência estudantil a universitários em situação de vulnerabilidade na Universidade Federal do Pará (UFPA). O estudo foi feito nas instalações da universidade e contou com a participação de 74 discentes de 20 diferentes cursos oferecidos pela instituição, com idade média de 24 anos, todos os entrevistados são beneficiários ou ex-beneficiários de algum tipo de auxílio estudantil. Esses estudantes aceitaram voluntariamente preencher os questionários. A motivação para a realização da pesquisa surgiu do fato de que alguns discentes, incluída a própria pesquisadora, relataram dificuldades enfrentadas durante sua formação universitária muitas das vezes financeira, afetando a concentração nas aulas e prejudicando as notas obtidas durante as avaliações das disciplinas, proporcionando evasão ou reprovação desses discentes.

Em muitos casos, discentes relataram a necessidade de ajuda financeira seja para frequentar as aulas, seja para alugar algum imóvel na cidade onde estuda para morar. Parte desses discentes ainda relataram dificuldade para acessar o processo seletivo, é realizado por meio de sistema informatizado denominado Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEST) e por editais lançados a cada ano ou mesmo semestralmente.

Este sistema é administrado e controlado pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), é responsável pela triagem e seleção dos candidatos ao auxílio. A referida superintendência passou a operacionalizar as políticas com o objetivo de auxiliar na melhora da vida acadêmica dos discentes e isso por meio de mais de 20 diferentes bolsas de auxílio e apoio algumas baseadas no mérito acadêmico e na situação dos socioeconômica dos estudantes. Desta forma, o objetivo da presente investigação foi avaliar a política de assistência estudantil, tal forma responder ao questionamento: qual é a contribuição da política de assistência estudantil para a inclusão de alunos em vulnerabilidade no ensino superior e qual a avaliação que os assistidos fazem da operacionalização dessa política na UFPA?



2 Referencial Teórico

2.1 O ensino superior no Brasil: uma introdução

O ensino superior no Brasil como destacam Ferrari e Sekkel (2007) é considerado tardio quando comparado com outros países da América Latina, uma vez que, somente iniciou de fato a partir do ano de 1920, com a fundação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, primeira universidade legalmente constituída no Brasil (FERRARI; SEKKEL, 2007). Com isso, as universidades brasileiras surgiram com forte inspiração nos modelos francês, alemão e, mais recentemente, norte americano. Os dois primeiros reuniam características elitistas, sendo voltados para a formação de pequeno número de estudantes destinados, essencialmente, a retroalimentar as elites que os originaram. Portanto, as universidades nesses modelos caracterizaram-se como locais de formação de intelectuais e apesar de atuarem sob a tríplice função: ensino, pesquisa e extensão havia a clara valorização da pesquisa sobre as demais. Esse perfil prevaleceu entre as universidades brasileiras até 1968, ocasião na qual a reforma universitária adotou o modelo norte americano que ampliou o acesso as universidades e possibilitou o ensino de massa (FERRARI; SEKKEL, 2007).

Contudo, foi na década de 1990 que o Brasil observou forte expansão do ensino superior privado que seria acompanhado com menor intensidade, pelo ensino público na década seguinte (MARQUES; CEPÊDA, 2012; ARAÚJO, 2013). Essa expansão, ocorreu em conjunto com as mudanças nas políticas de acesso ao ensino superior, passando a privilegiar a inclusão social e acabaram por alterar o perfil socioeconômico dos estudantes universitários brasileiros. Nesse contexto, as mudanças ocorridas no ensino superior culminaram por reforçar a necessidade de políticas direcionadas para acolher estudantes com diferentes dificuldades pessoais e materiais (FERRARI; SEKKEL, 2007; ARAÚJO, 2013) e com isso viabilizar não apenas a retenção desses estudantes nas universidades, mas também combater o baixo desempenho acadêmico (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Marques e Cepêda (2012) reforçam que as mudanças no perfil dos estudantes levaram a um conjunto de desdobramentos nas universidades e fizeram com que essas instituições reavaliassem sua estrutura funcional, dinâmica acadêmica, missão de sua existência e formas de interação com a sociedade. Esses aspectos resultaram com a interrupção do ciclo fechado de geração de elites e contribuíram para redução de desigualdades inclusive na dimensão política, jurídica e simbólica. Assim sendo, “o perfil redistributivo e inclusivo aparece em forte destaque, com lugar privilegiado para a política expansionista no ensino superior público” (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p. 189) mais recente.

2.2 A assistência estudantil no Brasil contemporâneo

Fontoura e Morosini (2017) ao sintetizarem a evolução recente do ensino superior brasileiro justificam as mudanças nas influências de instituições internacionais e multilaterais nas políticas do ensino superior, nos avanços tecnológicos e novos arranjos na produção do conhecimento, combinado com a forte demanda por qualificação profissional de nível superior. Nesse cenário, se constituiu a perspectiva mais contemporânea da assistência estudantil no Brasil.

Para dar conta dessa “nova” realidade, foi criado em 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2018). Andrade e Teixeira (2017) e Dutra e Santos (2017) ao se referirem ao PNAES destacam sua concentração em dez áreas de intervenção prioritárias (1) moradia, (2) alimentação, (3) transporte, (4) saúde, (5) inclusão digital, (6) cultura, (7) esporte, (8) creche, (9) apoio pedagógico e (10) acesso à estudantes com deficiência, transtornos, altas habilidades e superdotados.

Dutra e Santos (2017) complementam e destacam que apesar do PNAES estabelecer as áreas prioritárias as universidades tiveram autonomia para deliberar quanto ao direcionamento



dos recursos entre as diferentes áreas, de tal forma, a respeitar as particularidades de cada instituição e as distintas região do país. Outro aspecto do programa foi a possibilidade de os estudantes acumularem diferentes auxílios, segundo suas características e necessidades pessoais (IMPERATORI, 2017)

Andrade e Teixeira (2017) afirmam que para o sucesso da assistência estudantil há necessidade de ações integradas e complementares considerando tratar-se “de um processo multideterminado e longitudinal” (p. 515). Complementando Bardagi e Hutz (2009) destacam aspectos limitantes à permanência dos estudantes nos cursos universitários, como por exemplo, a falta de cursos noturnos, dificuldades para cumprir os horários das aulas, impossibilidade de conciliar horários de trabalho e de estudos, problemas de relacionamento entre professor e aluno, conhecimento parcial da profissão, baixo rendimento acadêmico e além de dificuldades financeiras.

A perspectiva financeira se destaca como um dos pilares da política de assistência estudantil, pois conforme Araújo e Leite (2014) e Oliveira e Oliveira (2015) as bolsas conferem segurança ao estudante e contribuem para sua continuidade nos estudos. Andrade e Teixeira (2017) reforçam essa compreensão ao afirmarem que a dimensão financeira se evidencia mais fortemente quando os estudantes não reúnem as condições mínimas necessárias para ter êxito nos estudos, como local de moradia, ambiente para estudo, necessidade de trabalhar para sua manutenção pessoal e de sua família, dificuldade de transporte e alimentação, a ausência de local para deixar os filhos durante as aulas.

Entretanto, apesar da relevância da dimensão financeira para a assistência estudantil, ela está imune às críticas como observado em Nascimento e Arcoverde (2012) ao afirmarem que a “bolsificação” se constitui na perspectiva de “pacotes prontos” e expressam uma condição que limita um debate mais amplo de propostas de ensino que garantam a universalização da permanência dos estudantes nas universidades. Dutra e Santos (2017) reforçam em certa medida, essa compreensão ao destacarem que a centralidade da discussão acerca da assistência estudantil no Brasil estrutura-se com base nos binômios: (1) seletividade versus universalidade; (2) despesa versus investimento; (3) direito versus favor. Assim, compreender com clareza a amplitude da política de assistência estudantil e facilitar seu acesso constitui o alicerce da efetiva democratização do ensino superior no Brasil (SILVA; NOGUEIRA, 2016; DUTRA; SANTOS, 2017; IMPERATORI, 2017).

Nesse contexto, a assistência estudantil revela sua amplitude na vida acadêmica do estudante, uma vez que, conforme os estudos de Andrade e Teixeira (2017) com 1457 estudantes de uma universidade federal brasileira, aspectos como: apoio pedagógico, inclusão digital, saúde e transporte são, segundo a opinião dos estudantes, os aspectos que mais contribuem para o desempenho acadêmico. Assim, conforme esses autores as “[...] condições de apoio pedagógico percebidas amparam o desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem do jovem, frente aos desafios acadêmicos” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 521). No mesmo sentido, Nascimento e Arcoverde (2012) criticam o “tripé da assistência estudantil” quando este é entendido como: bolsa, alimentação e moradia, ao destacar que entender a assistência estudantil sob esses aspectos é entendê-la limitada unicamente a sobrevivência.

Complementarmente, destacam-se as ações institucionais que envolvam professores, estudantes e técnicos administrativos, uma vez que, a gestão da assistência estudantil perpassa necessariamente pelo envolvimento desses agentes. Pois como entendem Silva e Nogueira (2016) e Dutra e Santos (2017) eles devem estar envolvidos na formulação, planejamento e avaliação das ações de assistência estudantil para possibilitar ajustes e aprimoramentos da política e, para tanto, as instituições devem capacitar suas equipes de trabalho com tal finalidade, pois é por meio delas que as políticas serão implementadas (REIS, 2017; LIMA; DAVEL, 2018). Nessa perspectiva, envolver os agentes na implementação e compreender seu papel é uma forma de potencializar os resultados das políticas, dado que estas serão



essencialmente reinterpretadas e se constituirão na prática por meio de ajustes e adaptações por aqueles que as operacionalizam (REIS, 2017).

Silva e Nogueira (2016) corroboram com a compreensão que a permanência no ensino superior é uma situação complexa e fortemente influenciada por grande número de fatores, que podem ter origem no âmbito institucional, ou não, e que podem estar relacionados entre si constituindo uma complexidade multicausal na forma de teia com relações de difícil compreensão. Assim, eles justificam a necessidade de identificar os fatores que influenciam na permanência dos estudantes, sem perder de vista as incertezas e a complexidade inerentes ao fenômeno e sem deixar de considerar que para o estudante a não permanência pode não ser uma questão de sucesso ou fracasso.

Ao destacar os benefícios da assistência estudantil na visão dos estudantes Andrade e Teixeira (2017) destacam que o bom desempenho acadêmico e a evolução no curso reforçam a sensação de auto eficácia e conferem ao estudante maior segurança para enfrentar novos e maiores desafios. Imperatori (2017) complementa ao afirmar que, contrariamente à compreensão histórica de assistencialismo, a assistência estudantil não pode ser compreendida como destinada aos incapazes ao trabalho, muito pelo contrário, uma vez que, os estudantes assistidos estão em formação para o trabalho inclusive como preceitua a Constituição Federal de 1988.

3 metodologia

O método utilizado neste estudo foi exploratório e descritivo, realizado na forma de levantamento, com amostragem não probabilística por tipicidade, na qual os entrevistados são selecionados segundo critérios subjetivos, características pessoais e a capacidade de esclarecer o fenômeno (GIL, 2014) e o tratamento de dados por meio quantitativo (GIL, 2014; MARTINS; THEÓPHILO, 2016). Nessa forma de investigação busca-se uma aproximação inicial do fenômeno para posterior descrição. O levantamento caracteriza-se pelo questionamento presencial aos entrevistados.

Desta forma, a amostra deste estudo foi selecionada entre o total de estudantes universitários matriculados na instituição local da pesquisa, dentre eles, foram escolhidos os que recebiam alguma forma de assistência estudantil, incluindo os estudantes de origem estrangeira. Assim, ao final do levantamento, participaram da pesquisa 74 estudantes que aceitaram livremente responder ao questionário e que apresentaram respostas válidas.

O questionário de pesquisa foi organizado em duas seções, a primeira com repostas de múltipla escolha, dicotômicas e semiabertas, essa seção concentrou-se em reunir informações socioeconômicas dos entrevistados e envolveu aspectos como: curso, idade, sexo, estado civil, tipo de auxílio estudantil que recebe ou já recebeu, tempo que recebe ou recebeu o auxílio, entre outras. Já a segunda seção foi elaborada com respostas em escala do tipo *Likert* de 7 pontos, iniciando em 1 para discordo totalmente e terminando em 7 para concordo totalmente. Essa seção versou sobre a avaliação da assistência estudantil quanto a aspectos como: necessidade da assistência, formas de comunicação e seleção dos estudantes por parte da instituição de ensino, acompanhamento aos estudantes assistidos, qualidade do atendimento prestado na instituição e avaliação geral.

O tratamento de dados utilizou técnicas estatísticas que incluíram estatística descritiva, mais especificamente, distribuição de frequência, média e desvio padrão, análise de correlação e técnicas multivariadas, sendo selecionadas dentre as técnicas multivariadas a análise fatorial e a análise de agrupamentos. Esse conjunto de procedimentos foram combinados para atender ao objetivo da pesquisa e assim possibilitar a análise da assistência estudantil na instituição pesquisada. Os fatores extraídos pela análise fatorial possibilitaram sumarizar as variáveis e serviram de base para as análises descritivas, correlações e análise de agrupamentos. Após identificados, os fatores foram testados pelo coeficiente Alpha de Cronbach para verificar se



eram fidedignos e não apresentavam vieses. Apesar de não existir consenso quanto aos níveis adequados desse coeficiente, ele normalmente é considerado satisfatório quando é superior a 0,600 e 0,700 (HAIR et al., 2009; FÁVERO et al., 2009).

Ao tratar da análise fatorial, Hair et al. (2009) destacam a capacidade dessa técnica em reduzir grande volume de dados em reduzido número de fatores identificados como variáveis latentes para possibilitar uma interpretação mais parcimoniosa dos dados, os mesmos autores destacam que os fatores podem substituir as variáveis originais com a menor perda de informação possível. A identificação dos fatores possibilitou o cálculo dos escores segundo técnicas descritivas. Assim, além de possibilitar a interpretação da avaliação dos entrevistados foi possível observar relações entre os fatores a partir da utilização da análise de correlações de Pearson. Após esses procedimentos foi utilizada a análise de agrupamentos para reunir os entrevistados em grupos considerando suas semelhanças e constituir grupos com elevada semelhança interna e dissemelhança entre grupos (FÁVERO et al., 2009; HAIR et al., 2009). Esse procedimento foi feito na forma aglomerativa e empregou o algoritmo de Ward como procedimento de aglomeração e a distância Euclidiana ao quadrado.

Os grupos que resultaram do processo aglomerativo foram submetidos ao teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, com post-hoc com ajustamento de Bonferroni para verificar se eles eram realmente diferentes entre si e assim poderiam ser considerados como corretamente classificados. Os resultados mostraram grupos bem classificados com diferenças significativas para a maioria dos fatores.

4 Apresentação de Resultados

4.1 Perfil dos entrevistados

Os estudantes que participaram da pesquisa eram jovens, tinham em média 24 anos ($\pm 4,80$) de idade, o mais novo 18 anos e o mais velho 45. As mulheres foram a maioria entre os entrevistados alcançando 58,1% (43) das observações. Quanto ao estado civil houve a predominância de solteiros com 82,4% (61) dos entrevistados posicionados nesse estrato. Distribuídos em 20 cursos universitários destacaram-se: farmácia (14,9%), administração (9,5%), medicina (6,8%), serviço social (4,1%), entre outros. Quanto ao período 77,0% (57) dos entrevistados estavam entre o quarto e o sétimo semestre. O tempo médio de recebimento das bolsas era por ocasião da pesquisa 22 (± 15) meses, sendo que 64,9% (48) dos participantes recebia alguma bolsa durante a entrevista, com destaque para estudantes estrangeiros (14,9%) e bolsistas permanência (46,13%). Nesse aspecto, destacam Estrada e Radaelli (2014, p. 37) que o “[...] programa de bolsa permanência tem como objetivo propiciar ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições para que ele possa responder às demandas de sua formação universitária”.

4.2 Análise fatorial exploratória

Conforme a Tabela 1, observa-se que os dados mostraram bom ajustamento à análise fatorial, uma vez que, a determinante da matriz de correlações foi positiva (0,003) e os testes Kaiser Meyer Olkin ($KMO=0,807$) e de esfericidade de Bartlett ($\chi^2=395,65$ significativo a 1%) retornaram valores adequados. Desta forma, o número de fatores foi determinado pelo critério do autovalor e a extração dos fatores ocorreu pela análise de componentes principais (ACP) com rotação ortogonal pelo método Varimax, outras técnicas de rotação foram testadas, porém com resultados inferiores. Foram extraídos três fatores que explicaram 67,08% da variância dos dados e foram distribuídas em 28,34% (Fator 1); 20,48% (Fator 2) e 18,97% (Fator 3).

Os fatores mostraram bom poder explicativo com comunalidades superiores a 0,573. O mesmo ocorreu quanto a consistência interna foi medida pelo coeficiente Alpha de Cronbach e obteve índices superiores a 0,735 para os fatores e 0,832 para o conjunto das variáveis. Apesar



de não existir um padrão para avaliar o coeficiente alpha, valores superiores a 0,700 são considerados como válidos como destaca Hair et al. (2009). Assim, quando o alpha é superior a 0,700, os dados são considerados fidedignos e sem vieses. Portanto, são considerados capazes de representar o fenômeno estudado.

Tabela 1 – Análise fatorial exploratória

Variáveis		Fatores			h ²
		1	2	3	
A DAIE atende o bolsista com atenção e cortesia.	V01	0,891	0,003	0,090	0,803
A DAIE mantém o estudante bem informado sobre o programa e suas atividades	V02	0,841	0,128	0,038	0,726
A DAIE adota os procedimentos necessários para que não ocorram interrupções no pagamento do auxílio	V03	0,813	0,226	0,034	0,712
As informações prestadas ao bolsista são claras e corretas desde a primeira vez	V04	0,742	0,449	0,111	0,765
A DAIE tem uma eficaz fiscalização para identificar alunos sem vulnerabilidade que recebem a bolsa	V05	0,628	0,453	-0,151	0,623
Os estudantes que recebem bolsa têm acompanhamento psicossocial na universidade	V06	0,294	0,800	-0,075	0,732
Os estudantes que recebem a bolsa têm acompanhamento de seu desempenho acadêmico	V07	0,058	0,784	0,094	0,627
Os estudantes que recebem o auxílio permanência recebem acompanhamento em relação à saúde	V08	0,310	0,696	0,195	0,619
O programa de bolsa é importante para a inclusão social dos estudantes.	V09	-0,113	0,247	0,789	0,696
O programa de bolsa contribui para a redução das taxas de evasão na universidade.	V10	0,036	0,017	0,776	0,604
O programa de bolsa contribui para a melhoria das atividades acadêmicas dos estudantes	V11	0,006	-0,301	0,694	0,573
O programa de bolsa é uma forma de democratização do ensino superior	V12	0,308	0,303	0,687	0,659
Autovalores		3,40	2,46	2,28	
Variância Explicada (%)		28,36	20,48	18,97	67,81
Alpha de Cronbach		0,880	0,757	0,735	0,832

KMO=0,807, Teste de Esfericidade de Bartlett (X^2) = 395,65, significativa a 1%

Determinação do número de fatores pelo critério do autovalor

Extração dos fatores por Análise de Componentes Principais (ACP) com rotação ortogonal Varimax

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Os fatores foram denominados conforme as variáveis que reuniram. Dessa maneira, o primeiro fator foi identificado como **Qualidade do Atendimento** agrupou variáveis relacionadas com a qualidade dos serviços (V01 a V05) prestados pela Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE). Esta diretoria vinculada a Pró-reitoria de Extensão (PROEX) é a unidade administrativa encarregada de gerenciar os programas de assistência estudantil. O segundo fator foi denominado como **Acompanhamento Institucional**, pois reuniu variáveis que captaram o monitoramento do bolsista e o controle da política de assistência estudantil (V06 a V08). Por sua vez, o terceiro fator foi denominado como **Relevância da Assistência Estudantil** uma vez que colocou em evidência a necessidade e a importância dessa política para a democratização de ensino superior e a permanência de estudantes nas instituições de ensino (V09 a V12).

Detalhando as características dos fatores observa-se que o primeiro fator, **Qualidade no Atendimento**, captou a satisfação dos estudantes com a prestação do serviço por parte da instituição de ensino ao reunir aspectos como a atenção e cortesia para com os estudantes, a



pertinência, oportunidade, quantidade e correção na divulgação das informações, o cuidado quanto a continuidade, a regularidade no pagamento das bolsas e a presença de mecanismos eficientes para o acompanhamento administrativo, de tal forma, a garantir que a assistência alcance os estudantes aos quais se destinam.

Ao discorrerem sobre qualidade Maximiano e Nohara (2017) colocam a perspectiva a busca pela excelência e atribuem seu significado ao “melhor que se consegue fazer” (p. 258). Assim, a qualidade constitui-se no momento em que o prestador de serviços consegue atender às expectativas de quem recebe o serviço. Posto isso, a qualidade relaciona-se, essencialmente, à capacidade de um produto ou serviço apresentar conformidade ao uso ou às expectativas de quem se destinam. Originada na administração privada fundamentada na satisfação dos clientes e na promoção da eficiência nas organizações públicas a preocupação com a qualidade dos serviços ganha evidência a partir de 1991, com o advento da Nova Administração Pública (SILVESTRE, 2010).

O segundo fator, **Acompanhamento Institucional**, reuniu um conjunto de estratégias para o monitoramento dos estudantes assistidos pelos programas de tal forma a fortalecer o suporte e o acompanhamento dos estudantes, na perspectiva psicossocial, acadêmica e de saúde. Nesse sentido, o fator mostra uma dimensão de controle da política pública (ARAÚJO, 2013) ao estender-se além da dimensão financeira expressa pelos valores das bolsas auxílio, aspectos mais efetivos e com forte impacto para a permanência dos estudantes na instituição reduzindo taxas de evasão e repetência, contribuindo para o melhor desempenho acadêmico e atendendo o foco principal da assistência estudantil (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Por conseguinte, o fator **Acompanhamento Institucional** expressa a obrigação da instituição de ensino em acompanhar os estudantes conforme determina o PNAES (BRASIL, 2018). Nessa perspectiva, Imperatori (2017) reforça que o PNAE traduz uma conquista social ao reconhecer a necessidade de ações de assistência estudantil e justifica a complexidade dessa política ao situar-se na região limítrofe entre a assistência social e a educação. A autora critica as lacunas presentes na legislação, especialmente, por não estabelecer com clareza os critérios para o acesso ao programa, pois a vulnerabilidade social não se restringe apenas a aspectos socioeconômicos, a ausência de critérios para permanência no programa e a não vinculação ao rendimento acadêmico do estudante. Assim, essas lacunas podem possibilitar utilizações clientelistas dos recursos do programa desvirtuando-o de sua finalidade (IMPERATORI, 2017).

O terceiro fator, **Relevância da Assistência Estudantil**, colocou em destaque a amplitude e os impactos da política de assistência estudantil para a sociedade e para a inclusão ao colocar em evidência a democratização do ensino superior e a possibilidade de acesso e continuidade nos estudos de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Por outro lado, o fator captou a contribuição da assistência estudantil também sob as perspectivas das instituições de ensino ao reunir aspectos relacionados a evasão e ao rendimento acadêmico dos estudantes. Portanto, assim como observado em diversos estudos (ARAÚJO; LEITE, 2014; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015; SILVA; NOGUEIRA, 2016; ANDRADE; TEIXEIRA, 2017) a assistência estudantil estrutura-se em um conjunto de eixos que buscam proporcionar uma proteção social ampla aos estudantes respeitando a atuação das instituições de ensino no sentido de estabelecer as formas de implementá-las (IMPERATORI, 2017).

4.3 análise de agrupamentos

A análise de agrupamentos foi feita na forma aglomerativa tendo como parâmetros o algoritmo de Ward e a distância Euclidiana. Esses procedimentos resultaram na formação de três grupos entre os entrevistados, uma vez formados, os grupos foram testados com o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis combinado com o post-hoc de Bonferroni para verificar (1) qual dos fatores teria maior influência na diferenciação dos grupos e (2) se os grupos estavam corretamente classificados. Os resultados, mostrados na Tabela 3, mostraram que o fator



Acompanhamento Institucional foi o que mais diferenciou os grupos (KW=39,41; p-valor<0,001) e que de maneira geral os grupos eram significativamente diferentes entre si, o que possibilita considerá-los corretamente classificados.

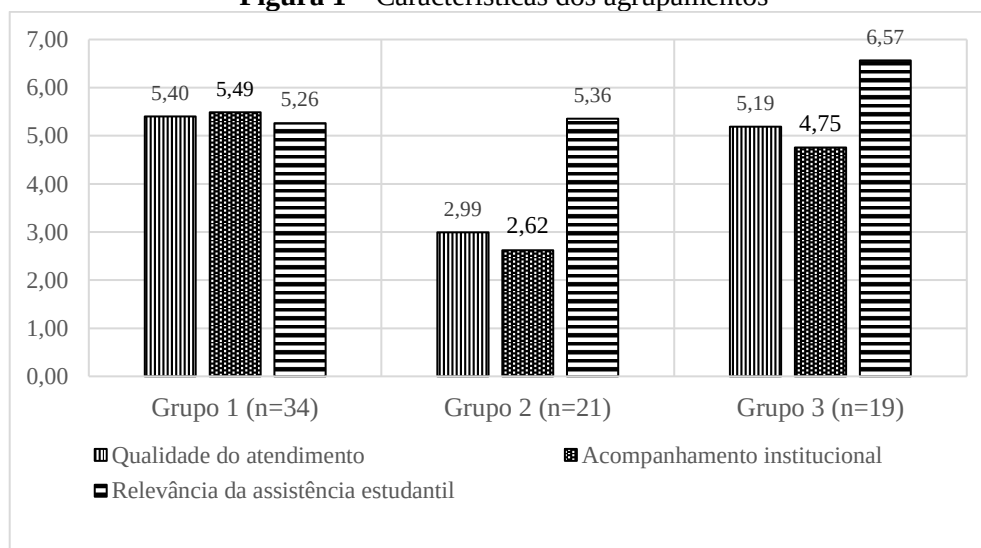
Tabela 3 – Kruskal-Wallis com post hoc com ajustamento de Bonferroni

	Fator 1	Fator 2	Fator 3
Kruskall-Wallis (qui-quadrado)	35,46	39,41	27,56
P-valor	< 0,01	< 0,01	< 0,01
Grupo 1 vs. Grupo 2 p-valor	< 0,01	< 0,01	NS
Grupo 1 vs. Grupo 3 p-valor	NS	< 0,01	< 0,01
Grupo 2 vs. Grupo 3 p-valor	< 0,01	< 0,01	< 0,01

Legenda: NS=não significativo; Fator 1=Qualidade no Atendimento; Fator 2=Acompanhamento Institucional; Fator 3=Relevância da Assistência Estudantil Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Os três grupos, conforme a Figura 1, tiveram respectivamente: 34 (45,9%), 21 (28,4%) e 19 (25,7%) estudantes em cada. O primeiro grupo, além de ser o maior de todos (45,9%) caracterizou-se pelas médias elevadas em todos os fatores revelando um conjunto de estudantes satisfeitos, tanto com o atendimento na instituição ($5,40 \pm 0,77$), quanto com o acompanhamento recebido ($5,49 \pm 0,93$). Outra característica desse grupo foi acreditar que as políticas de assistência estudantil são necessárias ($5,26 \pm 0,96$) e contribuem para sua manutenção na universidade.

Figura 1 – Características dos agrupamentos



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

O segundo grupo com 28,4% (21) dos entrevistados caracterizou um conjunto de estudantes que considera a política de assistência estudantil necessária para as universidades ($5,36 \pm 1,04$), porém não estão satisfeitos com o atendimento ($2,99 \pm 1,31$), nem com o acompanhamento fornecido pela instituição aos estudantes ($2,62 \pm 1,34$). Já o terceiro grupo com 25,7% (19) dos entrevistados apresentou semelhança avaliou satisfatoriamente a qualidade do atendimento na instituição ($5,19 \pm 0,94$) e com intensidade levemente menor o acompanhamento recebido pelos estudantes ($4,75 \pm 0,60$). Contudo, esse grupo foi o que atribuiu a maior importância às políticas de assistência estudantil ($6,57 \pm 0,39$), destacando esse aspecto como o principal entre os fatores identificados pela pesquisa.

Um aspecto de destaque entre os agrupamentos é que os três grupos identificados na pesquisa concordaram quanto a **Relevância da Assistência Estudantil** para sua permanência



na universidade, observado pelos escores elevados atribuídos ao fator todos superiores a 5,26. Resultados semelhantes foram encontrados por Oliveira e Oliveira (2015) ao observarem que muitos estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Minas Gerais não teriam condições de permanecer na instituição sem a assistência estudantil e por Araújo e Leite (2014) ao investigar a Bolsa Permanência na Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) ocasião na qual os entrevistados classificaram o auxílio financeiro como necessário para a manutenção de seus estudos total (87%) ou parcialmente (13%).

5 Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do programa de assistência estudantil na perspectiva de diversos clássicos. Além disso, também permitiu a realização de uma pesquisa de campo para obtenção de dados sobre o que os alunos da Universidade Federal do Pará tinham a dizer sobre alguns fatores relevantes que envolvem a questão da assistência por parte da DAIE (SAEST). Na análise fatorial o fator mais preponderante foi qualidade no atendimento, uma vez que os alunos demonstraram a importância dada na prestação do serviço por parte da instituição, assim como a continuidade e regularidade dos pagamentos das bolsas são ações que garantem o bem-estar dos alunos bolsistas, criando mecanismos eficientes no tratamento da política estudantil. Já para o fator acompanhamento institucional os bolsistas destacaram o acolhimento de questões psicossociais, acadêmicas e de saúde, pois expressa aspectos mais afetivos em relação a instituição como também um forte impacto para permanência desses alunos na instituição e por último a relevância da assistência estudantil, ao ampliar a política de assistência estudantil para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, além de relacionar a evasão estudantil e o rendimento acadêmico dos estudantes.

Na análise de agrupamento o grupo 1 para os três fatores apresenta uma avaliação semelhante. O fator relevância da assistência estudantil foi atribuído com maior importância para o grupo 2 e 3, ressalta-se como fator mais preponderante (latente) também no grupo 3. Dada a importância da assistência estudantil para a vida acadêmica dos discentes demonstram-se necessário promover a ampliação do programa para beneficiar mais alunos.

A pesquisa evidencia a necessidade não só da ampliação do programa, mas também do acompanhamento dos estudos dos bolsistas, para se fazer cumprir os objetivos do programa de assistência, incluir novos alunos e desenvolver planos para diminuir a evasão estudantil. O programa além de apoio financeiro, que parece ser a necessidade mais determinante para o bolsista, o programa precisa fazer com que o bolsista pertença e vivencie a experiência da vida acadêmica.

Referências

- ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com o desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação** (Campinas; Sorocaba), São Paulo, v. 22, n.2, p. 512-528, jul. 2017.
- ARAÚJO, C. B. Z. M. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 25-43, jul. / dez. 2013.
- ARAÚJO; J. C. F.; LEITE, L. S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o projeto bolsa permanência. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 777-806, jul. / set. 2014.
- BARDAGI; M. P.; HUTZ, C. S. “Não havia outra saída”: percepção de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, Itatiba, v. 14, n. 1, p. 95-105, jun. / abr. 2009.



- BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 22 de set. 2018.
- DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-191, jan. / mar. 2017.
- ESTRADA, A. A.; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, v.1, n. 16, p. 32-47, jan. / jul. 2014.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva: um novo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n. 27, v. 4, p. 636-647, out. /dez. 2007.
- FONTOURA, J. S. D. de A.; MOROSINI, M.C. A gestão da educação superior no contexto da educação profissional e tecnológica: os diferentes focos na pesquisa. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Natal, v. 2, n. 13, p. 137-149, jul. / dez. 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2014.
- HAIR, J. F. Jr; BLACK, W. C.; BABIN, J.; ANDRESON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. São Paulo: Bookman, 2009.
- IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio / ago. 2017.
- LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Implementação de políticas públicas de assistência estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 27, p. 53 – 91, jan. / jun. 2018.
- LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. *Revista Interface (Porto Nacional)*, Amapá, n. 5, p.49-54, out. 2012.
- MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul. / dez. 2012.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2016.
- MAXIMIANO, A.C.; NOHARA, I.R. **Gestão pública: abordagem integrada da administração e do direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.
- NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace. *Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012.
- OLIVEIRA, G. E.; OLIVEIRA, M. R. N. S. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 198-215, ago. / dez. 2015.
- REIS, L. C. R. Agentes de implementação: uma maneira de analisar políticas públicas na educação brasileira. In: GODOY, M. A. B.; POLON, S. A. M. (orgs). **Políticas públicas na educação brasileira**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2017.
- SILVA, M. G. M.; NOGUEIRA, P. S. A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. **Revista da Faculdade de Educação**, Cuiabá, v. 25, n. 1, p. 111-129, jan. / jun. 2016.
- SILVESTRE, H, C. **Gestão pública: modelos de prestação no serviço público**. Lisboa: Escolar, 2010.
- SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, **Caderno CRH** 39: 11-24. 2003.